

Academia ainda mais suspeita

JOSEMAR GONÇALVES

Resort pode responder também por dois crimes contra o meio ambiente

Antes de instaurar inquérito policial contra a Academia de Tênis Resort, a Delegacia de Meio Ambiente do Distrito Federal (Dema) vai sugerir a anexação ao processo de outras duas investigações já em curso. Caso sejam inseridas no inquérito, o empreendimento e seu proprietário, José Farani, serão investigados não só por crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural, como também por crimes contra o meio ambiente.

O promotor Paulo José Leite Farias, da 4ª Promotoria de Defesa da Ordem Urbana do Ministério Público (Proub), solicitou à Dema, ontem, abertura de inquérito policial para investigar possíveis afrontas ao ordenamento urbano e ao patrimônio, previstos na Lei 9.605/98. A possível fonte das irregularidades seria o pavilhão de feiras Park Fair, edificado às margens do Lago Paranoá.

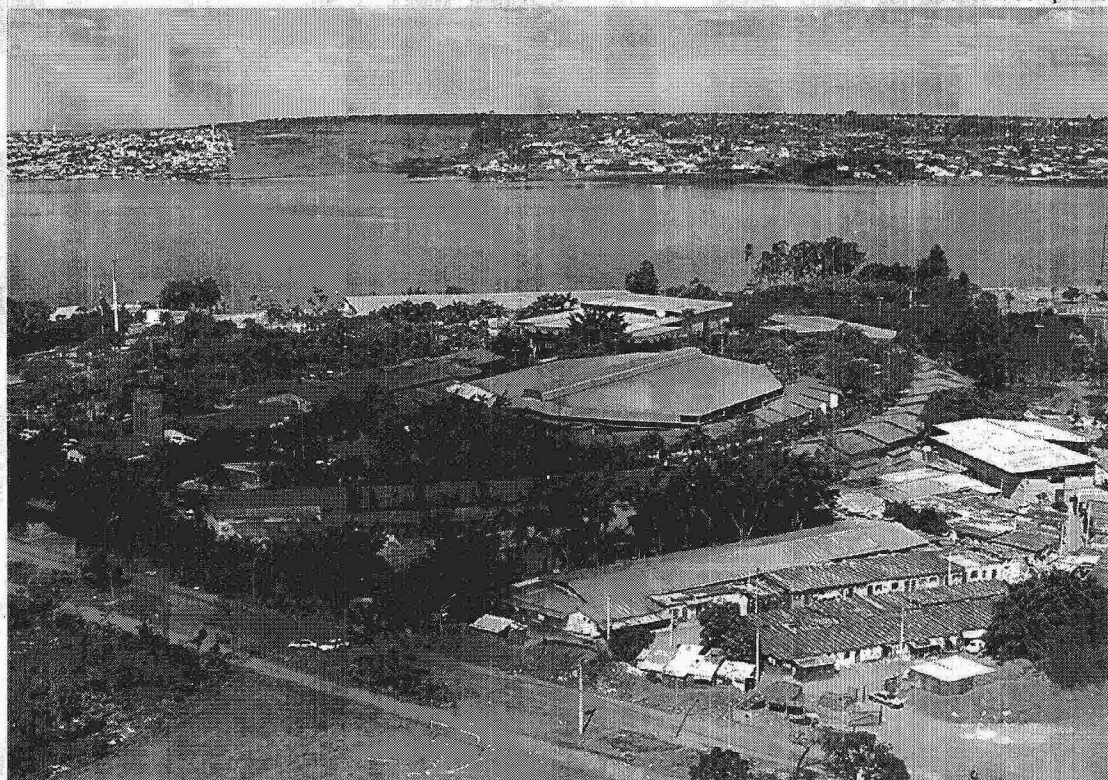
Ao inquérito, devem ser somadas duas investigações já em curso na Dema. A primeira refere-se ao suposto lançamento no Lago Paranoá de esgoto produzido pelo empreendimento. A segunda apura o uso de poços semi-artesianos não autorizados pela Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh) para abastecimento da Vila Brasília e da Academia de Tênis. "Ainda não confirmamos as

denúncias", relata o delegado-chefe da Dema, Carlos Alberto de Oliveira.

A unificação das investigações, segundo ele, deve-se ao fato de que todas as denúncias podem ser apuradas em uma única perícia. Os trabalhos terão início assim que a portaria que instaura o inquérito for publicada no *Diário da Justiça*. O delegado estima que o laudo estará pronto dois meses após o início da vistoria. "O laudo é complexo e minucioso, demora um pouco. As investigações se basearão nesse documento", explica.

Uma das irregularidades seria a distância entre o pavilhão e a orla do lago. Laudos do Ministério Público e da Administração Regional de Brasília, de julho deste ano, mostram que o edifício está a 27,5 metros do espelho d'água. A distância mínima legal é de 30 metros. Ou seja, estaria construído sobre Área de Proteção Permanente.

Órgãos como o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Ibama), Semarh, Ministério Público e Administração Regional de Brasília serão consultados. Possíveis indícios de danos ao meio ambiente e ao ordenamento público que forem encontrados serão incorporados à investigação. O empresário José Farani, procurado ontem, informou, por meio de sua assessoria de imprensa, que não comentaria o assunto.



Uma das denúncias é que a distância entre o pavilhão e o espelho d'água seria inferior à legal

Crime tem pena mais severa

Uma possível condenação pelos crimes ambientais investigados pela Delegacia de Meio Ambiente do DF (Dema) trará penas ainda mais severas do que as impostas por afrontas ao ordenamento urbano e ao patrimônio cultural. Antigas denúncias de danos ao meio ambiente supostamente causados pela Academia de Tênis também serão investigados e podem se somar às punições, caso sejam confirmadas.

Originalmente denunciado pelo Ministério Público do DF como suspeito de violar o or-

denamento urbano e o Patrimônio Cultural, o pavilhão de eventos Park Fair, erguido às margens do Lago Paranoá, também será investigado por crime ambiental. Peritos da Dema vão apurar se o prédio foi erguido em Área de Proteção Permanente.

A pena, caso seja confirmada a irregularidade, é a mesma imposta pelo lançamento de esgoto e de uso irregular de poços semi-artesianos: de um a quatro anos de reclusão. "São punições bem mais severas que as impostas por crimes contra o ordena-

mento e o patrimônio", explica Carlos Alberto de Oliveira, delegado-chefe da Dema.

Antigas denúncias de danos ao meio ambiente também serão investigadas pela Dema. Como, por exemplo, o secamento da Lagoa do Jaburu, em 1999 – supostamente causado pelo uso de poços artesianos da Academia – e denúncias feitas pela Terracap, em 1997, de que o lote do Park Fair era usado como depósito de esgoto e detritos. "Isso vai gerar uma série de documentos que auxiliarão na investigação", diz Oliveira.